

Policia Militar do Tocantins da inatividade: Necessidade de normatização do dia do veterano

Tocantins Military Police of Inactivity: Need for Regulation of Veteran's Day

Polícia militar de Tocantins de inactividad: Necesidad de regular el Día de los Veteranos

Recebido: 18/07/2021 | Revisado: 22/07/2021 | Aceito: 23/07/2021 | Publicado: 31/07/2021

Philippe Lira de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4778-4274>

Polícia Militar do Estado do Tocantins, Brasil

E-mail: lirapmto@gmail.com

Frank Cynatra Sousa Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8824-6811>

Polícia Militar do Estado do Tocantins, Brasil

E-mail: frankcynatra@gmail.com

José Carlos da Costa Abreu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0332-8402>

Polícia Militar do Estado do Tocantins, Brasil

E-mail: cad.abreu@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho científico teve como propósito mostrar os desafios que podem ser enfrentados pelo policial militar ao longo da carreira e a importância desse profissional que foi transferido para a reserva remunerada ou foi reformado por ter adquirido patologia em razão do cumprimento legal de suas atribuições na Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) em defesa da sociedade tocaninense. Ao final, foi proposto a elaboração de uma minuta de Projeto de Lei Estadual a fim de que seja reconhecido e instituído o Dia do Veterano Policial Militar. A presente proposta, quando colocada em prática, irá proporcionar mais reconhecimento, prestígio, valorização e aproximação do policial militar junto aos companheiros da Instituição que se encontram no serviço ativo. Assim, caso seja instituído essa proposta, será uma forma de homenagear anualmente os aludidos profissionais que mesmo com o risco da própria vida se dedicaram em prol da sociedade tocaninense e deixaram legados para a história da Corporação. Na metodologia do trabalho foi utilizada a pesquisa de natureza aplicada, descritiva, exploratória, bibliográfica e documental, utilizando-se do método dedutivo e realizada uma abordagem qualitativa. Portanto, a pesquisa concluiu que a PMTO precisa elaborar uma minuta de Projeto de Lei Estadual e fazer gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins para que seja instituído o Dia do Veterano Policial Militar.

Palavras-chave: Tocantins; Polícia militar; Veterano; Normatização.

Abstract

This scientific work aimed to show the challenges that can be faced by the military police throughout their career and the importance of this professional who was transferred to the paid reserve or was retired for having acquired pathology due to the legal fulfillment of his duties in the Police Military of the State of Tocantins (PMTO) in defense of the society of Tocantins. In the end, it was proposed the elaboration of a draft State Law Project in order to recognize and institute the Military Police Veteran's Day. The present proposal, when put into practice, will provide more recognition, prestige, appreciation and approximation of the military police officer with fellow members of the Institution who are in active service. Thus, if this proposal is instituted, it will be a way to annually honor the aforementioned professionals who, even at the risk of their own lives, dedicated themselves to the benefit of Tocantins society and left legacies for the Corporation's history. In the work methodology, applied, descriptive, exploratory, bibliographical and documentary research was used, using the deductive method and carried out a qualitative approach. Therefore, the research concluded that the PMTO needs to prepare a draft State Law Project and manage with the Executive and Legislative Power of the State of Tocantins so that the Day of Military Police Veteran is instituted.

Keywords: Tocantins; Military police; Veteran; Standardization.

Resumen

Este trabajo científico tuvo como objetivo mostrar los desafíos que puede enfrentar la policía militar a lo largo de su carrera y la importancia de este profesional que fue trasladado a la reserva pagada o se retiró por haber adquirido patología debido al cumplimiento legal de sus funciones en la Policía Militar del Estado de Tocantins (PMTO) en defensa de la sociedad de Tocantins. Al final, se propuso la elaboración de un Anteproyecto de Ley del Estado para

reconocer e instituir el Día del Veterano de la Policía Militar. La presente propuesta, una vez puesta en práctica, otorgará mayor reconocimiento, prestigio, aprecio y acercamiento al oficial de la Policía Militar con los compañeros de la Institución que se encuentren en servicio activo. Así, si se instituye esta propuesta, será una forma de honrar anualmente a los profesionales antes mencionados que, aun a riesgo de su propia vida, se dedicaron al beneficio de la sociedad de Tocantins y dejaron legados para la historia de la Corporación. En la metodología de trabajo se utilizó la investigación aplicada, descriptiva, exploratoria, bibliográfica y documental, utilizando el método deductivo y un enfoque cualitativo. Por ello, la investigación concluyó que la PMTO necesita elaborar un anteproyecto de Ley del Estado y gestionar con el Poder Ejecutivo y Legislativo del Estado de Tocantins para que se instituya el Día del Veterano de la Policía Militar.

Palabras clave: Tocantins; Policía militar; Veterano; Estandarización.

1. Introdução

Segundo Simões (2016), o policial militar ao longo de sua carreira é treinado e capacitado para agir em inúmeras situações referente à segurança pública, o que exige excelente equilíbrio emocional e preparo físico para uma prestação de serviço para sociedade com qualidade ao longo dos seus 30 (trinta) anos de serviço.

Dessa maneira, o trabalho do policial militar deve ser valorizado pela instituição castrense e pela sociedade, pois os veteranos combatentes dedicaram suas vidas, mesmo correndo risco no labor diário quando atuaram na defesa da preservação da vida e do patrimônio de todos os cidadãos.

O policial militar que cumpriu o tempo de serviço e foi transferido para reserva remunerada ou foi reformado por ter adquirido patologia em razão do cumprimento legal de suas atribuições na Polícia Militar do Tocantins (PMTO), ficou conhecido nos diversos meios militares como “veterano”, pois dedicou a sua vida em prol da instituição e da sociedade.

Nesse contexto, é preciso que seja elaborado um instituto jurídico que estabeleça e normatize uma data para que seja realizada anualmente uma solenidade em homenagem e reconhecimento pelos bons serviços que foram prestados ao longo da carreira.

Diante do exposto, esta pesquisa é importante do ponto vista profissional e institucional, pois ao ser elaborado e instituído o Dia do Veterano Policial Militar, o profissional que passou para reserva remunerada ou foi reformado se sentirá mais valorizado, prestigiado, entusiasmado e mais próximo dos companheiros da instituição que estão na ativa.

Além disso, a Polícia Militar do Tocantins ficará ainda mais fortalecida por elaborar e fazer gestão aos poderes competentes no sentido de instituir esse importante instrumento normativo de reconhecimento e valorização do profissional que foi para inatividade.

Então, o problema estudado partiu-se da necessidade da Polícia Militar do Tocantins de elaborar uma minuta de Projeto de Lei Estadual e propor junto ao Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins para que reconheça e institua o Dia do Veterano Policial Militar.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi mostrar os desafios que podem ser enfrentados e a importância do policial militar que foi transferido para reserva remunerada ou foi reformado e, também, propor a elaboração de uma minuta de um instrumento jurídico para que seja instituída uma data alusiva ao Dia do Veterano Policial Militar.

Para o alcance do objetivo geral em epígrafe, foram elaborados os seguintes objetivos específicos ao longo das seções dessa pesquisa:

- ✓ Descrever as atribuições profissionais que o policial militar pode desempenhar ao longo da carreira;
- ✓ Pesquisar e apresentar algumas instituições estaduais brasileiras que possuem institutos com datas alusivas de reconhecimento e valorização dos militares que passaram para reserva remunerada ou foram reformados por terem adquirido patologia em razão do cumprimento legal de suas atribuições;
- ✓ Discorrer sobre os desafios que podem ser enfrentados e a importância do reconhecimento do policial militar que foi transferido para reserva remunerada ou foi reformado nos termos mencionados;

- ✓ Discutir os resultados encontrados pela pesquisa;
- ✓ Propor um instrumento normativo, por meio de elaboração pela PMTO de uma minuta de Projeto de Lei

Estadual, para que seja apreciada pelo Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins, com o intuito de que seja reconhecido e instituído o Dia do Veterano Policial Militar no Estado do Tocantins.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão, o presente trabalho técnico-científico foi dividido na seguinte forma: 1) introdução da pesquisa científica; 2) a metodologia utilizada; 3) resultados, nos quais foram descritos sobre as atribuições que um policial militar pode desempenhar ao longo da carreira, bem como apresentadas algumas instituições estaduais brasileiras que possuem normativas com datas alusivas de reconhecimento aos seus militares que passaram para inatividade. Ainda neste capítulo foram discorridos sobre os desafios que podem ser enfrentados e a importância do reconhecimento desses policiais militares; 5) discussão, no qual foram discutidos os resultados encontrados pela pesquisa científica e proposto a necessidade de elaboração pela PMTO de uma minuta de Projeto de Lei Estadual para que seja apreciada e feita gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins, a fim de que seja instituído o Dia do Veterano Policial Militar no âmbito Polícia Militar do Tocantins; e 6) considerações finais, nas quais foram elaboradas uma síntese geral, elencando os principais pontos trabalhados no decorrer da pesquisa científica.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho técnico-científico teve a finalidade básica estratégica e de natureza aplicada, pois trouxe novos conhecimentos sobre o conteúdo com possibilidade de aplicação prática no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados livros e artigos científicos como fonte de pesquisa.

Referente aos objetivos utilizou-se a pesquisa descritiva e exploratória, aquela para descrever as características de uma população e esta para estabelecer informações preliminares sobre um determinado assunto estudado (Fontana, 2018). Assim, foram descritos conteúdos sobre o veterano policial militar, proporcionando maior familiaridade com o assunto através de várias pesquisas documentais realizadas.

Além disso, a pesquisa utilizou-se do método dedutivo, o qual segundo Mazucato (2018) indica que a pesquisa parte da constatação geral, com intuito de examinar casos particulares para verificar se estes se enquadram naqueles aspectos gerais. Diante disso, foram realizadas pesquisas partindo-se de assuntos gerais para o particular com a finalidade de se obter uma conclusão referente ao objeto de estudo.

Ademais, para o presente trabalho técnico-científico, utilizou-se de abordagem qualitativa, a qual conforme Fontana (2018) leva em consideração todos os componentes de determinada situação, bem como suas influências e interações recíprocas com determinada visão. O que possibilitou interpretações de conteúdos normativos existentes no Brasil que estão relacionados com o tema da pesquisa.

Por fim, este trabalho técnico-científico foi desenvolvido por meio de pesquisa documental, pois foram pesquisados documentos e normas que versam sobre a temática (Mazucato, 2018).

3. Resultados

Ao ingressar na Polícia Militar do Tocantins, o policial militar, ao longo da carreira, pode exercer atribuições diversas que irão variar de acordo com o posto ou da graduação e também das funções que lhe foram confiadas. Assim, esse profissional de Segurança Pública pode receber várias atribuições/competências descritas nos parágrafos seguintes dessa seção.

Compete ao policial militar do Tocantins assegurar o exercício do poder de polícia por meio dos poderes e órgãos públicos estatais, sobretudo os das áreas da fazenda, sanitária, de uso do solo e sua ocupação, do patrimônio cultural e da área

ambiental. Além disso, conforme Tocantins (2021), em sua Lei de Organização Básica, cabe à Polícia Militar do Tocantins, por meio de seus integrantes:

- ✓ desenvolver o patrulhamento dos portos, aéreo, fluvial, no campo de ação de sua jurisdição;
- ✓ executar, nos limites de sua jurisdição, a polícia administrativa do meio ambiente, na fiscalização, constatação e autuação dos delitos ambientais, dentre outros, bem como auxiliar os demais órgãos ambientais na defesa do meio ambiente;
- ✓ atuar no planejamento e execução sobre serviço de saúde em âmbito interno da instituição;
- ✓ desempenhar o policiamento ostensivo e preventivo atuando na fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais tocantinenses e nas vias urbanas e rurais;
- ✓ executar, com exceção das missões pertinentes às forças armadas, o policiamento ostensivo para prevenção e repressão dos delitos definidos em lei, assim como as ações necessárias ao pronto restabelecimento da ordem pública;
- ✓ atuar também em policiamentos para realizar a guarda externa de estabelecimentos penais e nas missões de segurança de dignitários de acordo com a lei;
- ✓ operar de maneira preventiva, repressiva ou dissuasiva em locais em que ocorra ou se presuma que possa ocorrer a perturbação da ordem pública;
- ✓ proceder, no seu papel correccional, na forma da lei, à apuração das infrações penais de competência da Polícia Judiciária Militar;
- ✓ atuar, dentro de sua competência, na elaboração de política estadual de prevenção do tráfico ilícito e do uso proibido de drogas;
- ✓ elaborar, supervisionar, coordenar, regular e cumprir as ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública;
- ✓ ajustar e celebrar convênios acordos e contratos com entes da administração direta ou indireta dos entes públicos e, também, as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Assim, verifica-se que são muitas atribuições que podem ser exercidas pelo policial militar ao longo da carreira, ou seja, são muitos os desafios que o profissional terá que enfrentar (encontrar a resolução das problemáticas) no cumprimento do seu ofício.

No Estado de Alagoas, foi instituído o dia do Veterano Policial Militar, conforme art. 1º, caput, da Lei 8276/2020 que aduz: “Fica instituído, no âmbito deste Estado, o Dia do Veterano Policial Militar do Estado de Alagoas, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 do mês de março” (Alagoas, 2020). De acordo com o supracitado dispositivo legal, verifica-se que recentemente a Polícia Militar de Alagoas conseguiu fazer gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo para que fosse normatizado esse importante instituto de reconhecimento e valorização dos profissionais combatentes.

Ainda, no Estado do Espírito Santo, o Comandante-Geral da Polícia Militar instituiu o “Dia do Veterano”, por meio de uma diretriz, com o objetivo de homenagear os profissionais que arriscaram sua vida para defesa da sociedade capixaba. Portanto, foi integrado ao calendário de festividades alusivas ao aniversário da renomada Instituição castrense como forma de reconhecer os relevantes serviços prestados pelos veteranos policiais militares (Polícia Militar do Espírito Santo [PMES], 2020).

Ademais, no Estado do Paraná foi inserido, no calendário oficial de eventos estaduais, o Dia do Militar Estadual Veterano para ser celebrado anualmente em primeiro de outubro. Desse modo, verifica-se mais uma importante instituição policial militar que fez gestão e conseguiu essa grande conquista para seus combatentes (Paraná, 2020).

No Estado do Amazonas, foram reconhecidos como veteranos os agentes das forças de segurança, reformados ou aposentados em seu território. Portanto, tem-se mais outra renomada instituição militar estadual com reconhecimento aos seus

militares que passaram para a inatividade (Amazonas, 2019).

Além disso, no Distrito Federal, a Câmara Legislativa Decretou e o Governador sancionou a Lei n. 6492/2020 (Distrito Federal, 2020), a qual alterou a Lei n. 6313/2019 (Distrito Federal, 2019) - que instituiu e incluiu - no calendário oficial do Distrito Federal, o Dia do Bombeiro Militar Veterano, a ser comemorado no dia 4 de julho de cada ano.

Por fim, no Estado de São Paulo, por meio da Lei n. 17095/2019, foi instituído o dia do Veterano Militar para ser comemorado anualmente em 11 (onze) de novembro (São Paulo, 2019). Portanto, verifica-se que a renomada instituição policial militar paulista também adotou esse importante instrumento normativo.

De modo geral, como se pode observar, muitas das renomadas instituições policiais militares e bombeiros militares do Brasil fizeram gestão em seus respectivos territórios e conseguiram que fosse instituído/normatizado o Dia do Policial Militar Veterano como forma de reconhecimento e valorização dos militares estaduais que passaram para a reserva remunerada ou foram reformados por terem adquirido patologia em razão do cumprimento legal das suas atribuições.

É importante destacar que de acordo com os ensinamentos do Coronel da Reserva Remunerada do Estado de São Paulo, Giraldi (2016), especialista em Segurança Pública, conforme informações expostas no site da Federação Nacional dos Policiais Federais, o policial tem regime de trabalho totalmente diferente daqueles que trabalham na iniciativa privada, pois não tem horário certo para fazer a refeição; não possui horário regulamentado para assumir o serviço e não sabe o horário que poder terminá-lo. Inclusive não pode assumir algum compromisso e garantir que irá cumpri-lo devido vários imprevistos que podem surgir, como por exemplo, ter que dobrar o horário de serviço; ter que cumprir escalas extras imprevisíveis; ter que cumprir trabalhos emergenciais, como muitos outros.

Além disso, segundo Monteiro et al. (2020, p. 3):

O risco e a vitimização de agentes de segurança pública, em especial os policiais militares, passou a ser uma das temáticas bastante discutida e com grande destaque nas mídias, não apenas no contexto numérico, mas sobre o medo e a sensação de insegurança da população, na medida que se refere à proteção daqueles que devem proteger.

Assim a vitimização policial ocorre como um fenômeno social que recai sobre o policial enquanto na condição de agente do estado cumpridor das leis e que aparece de diversas formas causando ferimentos, sofrimentos psicológicos ou até mesmo a morte desse profissional (Bassalo & Mello, 2019).

No Brasil, no período de um ano, são mortos proporcionalmente mais policiais do que nos Estados Unidos no período de quinze anos. Na Ásia, o Japão já teve décadas sem que nenhum policial fosse vítima de homicídio. Ocorre que no Brasil a realidade é bem diferente desses e de muitos outros países, pois quando o policial sai de casa para o trabalho, sua família não sabe se é a última vez que o está vendo com vida (Giraldi, 2016).

Diante disso, para Garcia e Ramos (2020, p. 24), “a atividade policial deve, de fato, ser considerada um serviço público essencial para a preservação da ordem e um meio de proteção do cidadão, resguardo aos direitos humanos e não instrumento opressor”.

A atividade policial é a mais abrangente que existe, pois vai desde um parto feito no interior de uma viatura; dos procedimentos de socorros de urgência; dos salvamentos e orientações à população; dos enfrentamentos de vários tipos de problemas, principalmente nos confrontos armados contra as organizações criminosas (Giraldi, 2016). O referido Coronel ainda menciona que ser policial no Brasil é uma missão muito árdua, que se se exige perfeição, não se admitindo erros e além disso, o profissional carrega traumas profundos de muitos companheiros que são vítimas diárias da criminalidade.

Ademais, a jornada de trabalho dos policiais militares é bem longa e muitas vezes chega a ser de dupla jornada, na qual a escala pode ser de seis horas, doze horas e podendo chegar até vinte e quatro horas, o que pode prejudicar seu desempenho (Araújo et al., 2017).

Oliveira e Faiman (2019) explicam que essa profissão tem visibilidade perante à sociedade, com isso é bastante fiscalizada e julgada por ela. Diante disso, verifica-se a dimensão de tensão que é a atividade policial, o que ocasiona grande sobrecarga no psicológico desse profissional.

Nesse contexto, Sena e Monteiro (2019, p. 59) mencionam sobre a importância do reconhecimento desses profissionais:

O gerenciamento dos saberes em epígrafe, correlacionado a outros instrumentos de valorização dos profissionais de segurança pública no estado Ceará, contribui de sobremaneira para uma melhor prestação de serviços à sociedade cearense, num virtuoso ciclo qualitativo, haja vista que o próprio agente de segurança e seus entes queridos fazem parte desta mesma sociedade, a qual é a maior beneficiada por este direito e responsabilidade de todos: a segurança pública.

Portanto, por todos os desafios enfrentados pelo policial militar, ao longo da sua carreira, em defesa da sociedade é que se faz jus aos policiais militares, que passaram para reserva remunerada ou foram reformados por terem adquirido patologia em razão do cumprimento legal de suas atribuições, de serem lembrados e homenageados como forma de reconhecimento ao profissional.

4. Discussão

Observou-se que muitos documentos e normas mencionadas neste artigo técnico-científico trouxeram várias lições e deixaram claro e compreensível o quanto é importante que seja elaborada pela PMTO uma minuta de Projeto de Lei Estadual para que seja instituído o Dia do Veterano Policial Militar do Estado do Tocantins. Com isso, o policial militar que foi transferido para reserva remunerada ou foi reformado por ter adquirido patologia em razão do efetivo cumprimento legal de suas atribuições para a PMTO e para sociedade tocantinense se sentirá muito mais reconhecido, valorizado, prestigiado, entusiasmado e mais próximo dos companheiros da caserna.

Na sequência, foram apresentadas algumas instituições estaduais brasileiras que possuem institutos de reconhecimento e valorização aos militares que passaram para inatividade. Assim, descobriu-se que em vários estados brasileiros existem normas recentes que instituíram uma data alusiva ao Dia do Veterano Policial Militar.

Portanto, nesse contexto, através de várias pesquisas, verificou-se os seguintes entes federativos que possuem, em vigência, o mencionado instituto: Alagoas; Espírito Santo; Paraná; Amazonas; Distrito Federal; e São Paulo. Vale destacar que podem existir no país muitos outros entes estaduais que possuem tais institutos de reconhecimento aos veteranos militares.

Ainda foram percorridos nesta pesquisa, os desafios que podem ter sido enfrentados por estes profissionais, enquanto estavam na ativa, bem como a importância do reconhecimento do trabalho desempenhado por eles. E ainda, foram tratados vários ensinamentos do quanto a profissão policial pode ser árdua, perigosa, estressante e desafiadora.

Dessa forma, além da disponibilidade constante ao trabalho, rotineiramente lidando com suas restrições de ordem biológicas, decorrentes o cansaço, problemas familiares, estresse, sobrecarga do ofício, dentre outras que coadunam para a desmotivação, bem como para o desempenho laboral desatento (Gama et al., 2019).

Oliveira e Falman (2019, p. 614) destacam que:

O trabalho do policial militar parece afetar sensivelmente a vida desses profissionais. A proximidade com a violência, a experiência de sofrer riscos e a rigidez no seguimento das normas são fatores que marcam a sua experiência. A imagem pública da PM também aparece como importante fator na forma como esses profissionais sentem que são reconhecidos e, portanto, na maneira como vivem o próprio trabalho.

Nessa esteira, concluiu-se que os policiais militares do Estado do Tocantins, que passaram para a reserva remunerada

ou foram reformados por terem adquirido patologia em razão do cumprimento legal de suas atribuições, necessitam de um instituto normativo para que seja criado o Dia do Veterano, pois precisam ser lembrados e homenageados anualmente como forma de reconhecimento profissional, institucional e social.

Nesse contexto, inferiu-se que a elaboração de uma minuta de Projeto de Lei e a gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins para sua normatização torna-se muito importante para a Polícia Militar do Estado do Tocantins como uma renomada instituição castrense que se preocupa em valorizar seus profissionais.

Portanto, conforme verificado ao longo da pesquisa, a elaboração e a implantação de um instrumento normativo são necessárias e perfeitamente aceitáveis do ponto de vista jurídico, sem qualquer ônus ao poder público, pois uma vez instituído, os policiais militares veteranos que dedicaram suas vidas a instituição e a sociedade tocantinense ao longo da carreira, se sentirão mais reconhecidos, prestigiados, entusiasmados, valorizados e mais próximos dos demais militares do serviço ativo.

5. Considerações Finais

O presente estudo técnico-científico apresentou, pesquisou, descreveu, discorreu e discutiu os resultados encontrados nesta pesquisa científica. E teve como propósito mostrar os desafios que podem ser enfrentados e a importância do policial militar que passou para reserva remunerada ou foi reformado em decorrência de patologia adquirida durante as atribuições legais do serviço policial militar. E, ainda, propor que seja elaborada pela PMTO uma minuta de Projeto de Lei Estadual para que seja feita gestão, a fim de instituir uma data alusiva ao Dia do Veterano Policial Militar no Estado do Tocantins.

Inicialmente, foram descritos sobre as atribuições profissionais que o policial militar pode desempenhar ao longo da carreira. Por conseguinte, foram discorridos sobre algumas instituições estaduais brasileiras que possuem institutos de reconhecimento e valorização aos militares que passaram para reserva remunerada ou foram reformados. Na sequência foram descritos sobre os desafios que podem ser enfrentados e a importância do reconhecimento desses profissionais.

Por fim, foram apresentados os resultados e realizada discussão do que foi encontrado e, em seguida, proposto à PMTO a elaboração de uma minuta de Projeto de Lei Estadual como proposta para que seja feita gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo do Estado do Tocantins, no sentido de instituir uma data alusiva ao Dia do Veterano Policial Militar do Tocantins.

Nesse sentido, conclui-se que o objetivo geral foi atingido, pois a pesquisa de forma clara e objetiva alcançou o que foi proposto. Assim como, todos os objetivos específicos foram atingidos, pois a pesquisa de forma sintética: apresentou, pesquisou, descreveu, discorreu, analisou e discutiu tudo que foi proposto para que o objetivo geral fosse alcançado.

Portanto, para solução do problema dessa pesquisa, verificou-se que há necessidade de elaboração da minuta supracitada e gestão junto ao Poder Executivo e da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins para que seja instituída por meio de Lei Estadual uma data alusiva ao Dia do Veterano Policial Militar do Tocantins. Dessa maneira, pelos resultados alcançados neste estudo, pretende-se subsidiar trabalhos futuros com temáticas de valorização do policial militar da inatividade.

Referências

- Alagoas. (2020). Lei n. 8276, de 13 de julho de 2020. *Institui o Dia do Veterano Policial Militar na Polícia do Estado de Alagoas, e dá outras providências*. https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/1844/lei_no_8.276_de_13_de_julho_de_2020.pdf.
- Amazonas. Lei n. 4933, de 10 de outubro de 2019. *Designa como veterano os agentes das forças de segurança, reformados ou aposentados, no Âmbito do Estado do Amazonas*. https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/10601/lei_4933.pdf.
- Araújo, L. G. M., Sanches, M., Turi, B. C., & Monteiro, H. L. (2017). Aptidão física e lesões: 54 semanas de treinamento físico com policiais militares. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 23 (02), 98-102. <https://doi.org/10.1590/1517-869220172302158877>.

Bassalo, F. S. & Mello, C. M. A. (2018). Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará 2017. In: II Congresso Internacional de Segurança e Defesa (SISD), Salvador. *Anais*.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Planalto Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Distrito Federal. (2019). Lei n. 6313, de 27 de junho de 2019. *Institui e inclui, no calendário oficial do Distrito Federal, o Dia do Bombeiro Militar Veterano, a ser comemorado no dia 4 de julho de cada ano*. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/4e8b78ae9e6e40259b93ca95266549ae/Lei_6313_2019.html#art1_par_renum.

Distrito Federal. (2020). Lei n. 6492, de 07 de fevereiro de 2020. *Altera a Lei nº 6.313, de 27 de junho de 2019, que institui e inclui, no calendário oficial do Distrito Federal, o Dia do Bombeiro Militar Veterano, a ser comemorado no dia 4 de julho de cada ano*. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/0417e014698a4824b7be55da991fa341/Lei_6492_07_02_2020.html.

Fontana, F. (2018). Técnicas de Pesquisa. In T. Mazucato (Org.), *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico* (pp. 59-80). Ed. Funepe.

Gama, R. V. O. Ferreira, L. R., Coutinho, M. M., & Moreira, P. V. C. (2019). Precarização do trabalho: análise sobre as condições laborais dos militares no âmbito estadual. *Ibicit*. <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/4951/4235>.

Garcia, C. S.; & Ramos, E. M. L. S. (2020). Breve histórico da letalidade no exercício da atividade policial no Estado do Pará, Amazônia- Brasil. *Research, Society and Development*, 9, e982986823. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6823>.

Giraldi, N. (2016). *Ser policial no Brasil é uma atividade de alto risco*. Publicado pela Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF. <https://fenapef.org.br/ser-policial-no-brasil-e-uma-atividade-de-alto-risco-2/>.

Mazucato, T. (2018). A elaboração do pré-projeto. In T. Mazucato (Org.), *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico* (pp. 40-46). Ed. Funepe.

Monteiro, V. F.; Silva, S. S. da C.; Ramos, E. M. L. S.; & Nascimento, R. G. do. (2020). Caracterização dos policiais feridos por arma de fogo. *Research, Society and Development*, 9, e248997218. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7218>.

Oliveira, T. S., & Faiman, C. J. S. (2019). Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(2), 607-615. <http://dx.doi.org/10.17652/tpot/2019.2.15467>.

Paraná. (2020). Lei n. 20257, de 13 de julho de 2020. *Insero no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Militar Estadual Veterano a ser celebrado anualmente em 1º de outubro, e dá outras providências*. <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20257-2020-parana-insere-no-calendario-oficial-de-eventos-do-estado-do-parana-o-dia-do-militar-estadual-veterano-a-ser-celebrado-anualmente-em-1o-de-outubro-e-da-outras-providencias>.

PMES institui o "Dia do Veterano". (2020). <https://pm.es.gov.br/Not%C3%ADcia/pmes-institui-o-dia-do-veterano>.

São Paulo. (2019). Lei n. 17095, de 27 de junho de 2019. *Institui o "Dia do Veterano Militar das Forças Armadas Brasileiras e das Forças Auxiliares"*. Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2019/lei-17095-27.06.2019.html>.

Sena, R. R. de, & Monteiro, R. B. (2019). O gerenciamento dos saberes integrados como política educacional e de valorização dos profissionais de segurança pública do Estado do Ceará. *Revista Científica Segurança em Foco*, 52-60. https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2019/05/REVISTA_CIENTI%CC%81FICA_Seguranc%CC%A7a_em_Foco_SSPDS_190x260mm-Ed-1.pdf.

Simões, V. P. M. (2016). *Condições de Saúde dos Policiais Militares da Bahia na Cidade de Salvador*. (Monografia). Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23501/1/Vicente%20de%20Paula%20Maia%20Simoes.pdf>

Tocantins. (2021). Lei Complementar n. 128, de 14 de abril de 2021. *Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins, PMTO e adota outras providências*. <https://diariooficial.to.gov.br/>.